

ANÁLISE-Anular casamento PT-Oi para bloquear Altice tem poucas chances sucesso - RTRS

16-Jan-2015 15:13

- AG delibera venda PT Portugal à Altice 22 Janeiro
- Oi diz fusão está "juridicamente concluída"
- Reverter fusão é caro para accionistas PT SGPS

Por Daniel Alvarenga

LISBOA, 16 Jan (Reuters) - O cenário de reversão unilateral da fusão da PT SGPS PTC.LS com a brasileira Oi OIBR3.SA, visando bloquear a venda dos activos portugueses da PT Portugal à Altice ATCE.AS, tem poucas chances de sucesso pois abriria a 'caixa de pandora' de um duro e caro processo nos tribunais por muitos anos.

O suspense intensificou-se depois de, na última segunda-feira, os accionistas terem adiado para 22 de Janeiro uma crucial Assembleia Geral (AG), que tinha como ponto único a venda daqueles activos da PT Portugal - o incumbente que passou para as mãos da endividada Oi no âmbito da fusão em curso.

Para cumprir os acordos originais da combinação dos negócios, aquela alienação tem de ter o 'Ok' dos accionistas da PT SGPS, que ficou com 25,6 pct da brasileira, mas o Sindicato de Trabalhadores, o Presidente da Mesa da AG e o ex-CEO da PT acusam a Oi de ter violado o acordo e querem anular a fusão.

(Full Story) (Full Story)

Contudo, ontem, o 'board' da PT SGPS lançou um 'balde de água fria' nestas pretensões, ao alertar que a reversão da fusão geraria uma litigância nos tribunais brasileiros com duração imprevisível e levaria a uma inevitável destruição de valor para as duas partes. (Full Story)

"Apesar de emocionalmente e politicamente ser um pouco triste, os números têm muita força", afirmou João Lampreia, analista do Banco BiG, em Lisboa.

"Para além do imbróglio jurídico e legal, que seria lento e complexo, avançar com uma reversão da fusão exacerbaria os custos financeiros para os accionistas da PT SGPS", venceu.

Allan Nichols, analista da Morningstar, em Amesterdão, concordou que, "se a PT SGPS avançasse com a denúncia da fusão, estariam presos em litigação durante anos", frisando: "nesta altura, não parece ser a melhor aposta".

"É uma possibilidade, mas no longo prazo arrepender-se-iam", disse.

A venda da PT Portugal à Altice por 7.400 ME é crucial para a Oi, porque está sob pressão para cortar a elevada dívida e focar-se apenas numa fusão no Brasil, mas precisa de agregar 2/3 dos votos dos accionistas elegíveis da PT SGPS, não podendo a brasileira votar com os seus 10 pct.

O projecto original de criação de um 'player' global de cariz lusófono já tinha recebido a estocada final em Julho, quando a Rioforte, do colapsado Grupo Espírito Santo, incumpriu o reembolso de 900 ME de dívida que a PT tinha comprado três meses antes.

Este 'default' obrigou os accionista da PT SGPS a reduzirem a posição na Corpco/Oi de 38 pct para os actuais 25,6 pct.

## DIFÍCIL

Segundo analistas e advogados, os accionistas da PT SGPS não têm verdadeiras alternativas em cima da mesa, para além de discutir a venda da líder das telecoms nacionais - PT Portugal.

E o risco é grande: a Oi já disse que a fusão está "juridicamente concluída" e que a venda à Altice é o melhor seguro para o futuro sustentável da PT Portugal e Oi.(Full Story).

"Seria de esperar que a Oi não estivesse de acordo com esta visão (de reversão) e accionasse a PT e seus acionistas em tribunal, processo este que poderia levar anos", disse Rita Pimentel, advogada na Sociedade Francisco Pimentel, Varandas e Associados.

Um advogado envolvido na operação de venda dos activos da PT Portugal à Altice, que não quis ser identificado, avisou que "reverter esta operação é juridicamente impossível".

"A fusão consistiu num aumento de capital da Oi, subscrito pela PT SGPS com os ativos integrados na Oi, designadamente a PT Portugal e os activos africanos", lembrou, para explicar a dificuldade de 'desmontar' a combinação dos negócios.

"Sucedde que o aumento do capital também foi subscrito por muitos outros investidores internacionais", afirmou.

O próprio advogado da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Portugal Telecom (STPT) reconheceu que a resolução unilateral pode acabar num conflito em tribunal, o que apenas seria evitado com o 'OK' da relutante Oi.

"Sendo a resolução operada só pela vontade de um dos contraentes poderá ser uma operação complicada, susceptível de conflito judicial", disse.

Contudo, "se houver anulação do negócio por acordo das partes, só terá que ser restituído tudo o que tiver sido reciprocamente prestado".

"O primeiro passo que se possa reverter o actual projecto de combinação dos negócios da Oi e PT será a não realização da venda da PT Portugal", afirmou.

CARO

Rita Pimentel venceu que a reversão seria uma "situação limite" e os analistas questionam se os accionistas da PT SGPS estão em condições de fazerem um substancial aumento de capital para reaver a PT Portugal.

"Estritamente do ponto de vista da estimativa de custos financeiros, no mínimo, a PT SGPS teria de repor a parte que contribuiu em espécie para a fusão e, pelo menos parcialmente, parte do que os accionistas maioritários da Oi contribuíram em 'cash'", referiu João Lampreia.

"Poderíamos ter um valor acima da contribuição em espécie da PT SPGPS, ou seja algures entre os 6.100 milhões de reais e os 14.000 milhões de reais", sublinhou.

Assim, concluiu: "olhando para estes números e para a capitalização bolsista da PT SGPS, percebe-se que, do ponto de vista financeiro, é praticamente inviável".

Rita Pimentel explicou que, "a admitir-se que um Tribunal aceite como procedente os vícios na fusão alegados pela PT SGPS, a consequência direta seria a condenação da Oi a praticar todos os actos necessários a repor a situação que existiria como se ela não tivesse ocorrido".

"Imaginando que se tentava essa reversão, seria sempre necessário que a PT SGPS repusesse o dinheiro para reaver a PT Portugal, uma quantia considerável. Isto não é viável", frisou o advogado envolvido na venda da PT Portugal à Altice.

"Não é possível antecipar os prós e contras a nível financeiro para os accionistas da PT SGPS", disse o advogado do STPT.

(Editado por Sérgio Gonçalves)

((daniel.alvarenga@thomsonreuters.com; +351213509205; Reuters Messaging:  
daniel.alvarenga.thomsonreuters.com@reuters.net))

©Thomson Reuters 2015. All rights reserved. The Thomson Reuters content received through this service is the intellectual property of Thomson Reuters or its third party suppliers. Republication or redistribution of content provided by Thomson Reuters is expressly prohibited without the prior written consent of Thomson Reuters, except where permitted by the terms of the relevant Thomson Reuters service agreement. Neither Thomson Reuters nor its third party suppliers shall be liable for any errors, omissions or delays in content, or for any actions taken in reliance thereon. Thomson Reuters and its logo are registered trademarks or trademarks of the Thomson Reuters group of companies around the world.

\*\*\*\*\*